A.R. Colombo Administração e Participações S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes



Deloitte Touche Tohmatsu Av. Carlos Gomes, 222 – 2º andar - Boa Vista -90480-000 - Porto Alegre - RS Brasil

Tel.: + 55 (51) 3327-8800 Fax: + 55 (51) 3328-3031 www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da A.R. Colombo Administração e Participações S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da A.R. Colombo Administração e Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pela omissão das informações descritas na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da A.R. Colombo Administração e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11.a), a Companhia possui bens classificados na rubrica "Propriedades para investimento" referentes a terrenos e prédios alugados à parte relacionada e a terceiros que estão avaliados ao custo. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de propriedades para investimento nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado totaliza R\$17.922mil (R\$18.123mil em 31 de dezembro 2018). A Companhia não efetuou a divulgação na referida nota explicativa do valor justo das propriedades para investimento, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 28 - Propriedade para Investimento.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Deloitte.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Deloitte.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 5 de junho de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

Ricardo Schenk Duque

Contador

CRC nº 1 RS 060571/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Contro	oladora	Conso	lidado		Nota	Contro	ladora	Conso	lidado
ATIVO	explicativa	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	explicativa	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	68	138	27.711	10.479	Fornecedores e outras obrigações		-	-	232.466	225.241
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	5.759	2.843	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	33.746	30.679
Contas a receber de dientes	6	157	134	334.069	299.348	Arrendamentos a pagar	13	-	-	26.094	-
Estoques	7	-	-	203.023	245.745	Salários e encargos sociais		111	120	25.682	26.313
Impostos a recuperar	8	232	238	47.727	14.479	Impostos, taxas e contribuições	17	44	52	24.384	21.418
Dividendos a receber	10 e 14	1.386	4.209	7.425	3.057	Tributos parcelados	18	-	-	2.374	2.346
Outras contas a receber		13	24	25.633	30.557	Débitos com partes relacionadas	14	33.476	34.127	38.256	68.240
Total do ativo circulante		1.856	4.743	651.347	606.508	Dividendos propostos	17	424	5.570	437	5.636
						Outros passivos		24	686	31.925	25.623
NÃO CIRCULANTE						Total do passivo circulante		34.079	40.555	415.364	405.496
Depósitos judiciais	16	16	16	9.141	10.396						
Créditos com partes relacionadas	12	965	919	46.177	58.611	NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de dientes	6	-	-	57.391	43.923	Fornecedores e outras obrigações		-	-	8.331	9.128
Impostos a recuperar	8	372	559	372	559	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	34.738	6.995
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	_	_	22.654	15.585	Arrendamentos a pagar	13	_	_	55.191	-
Investimentos:						Tributos parcelados	18	_	-	17.894	19.518
Em controladas e controladas em conjunto	10	462.654	460.151	47.146	68.429	Provisão para riscos tributários cíveis e trabalhistas	16	-	-	9.886	13.185
Outros		_	-	1.603	1.607	Total do passivo não circulante		-	-	126.040	48.826
Propriedade para investimento	12.a	17.922	18.123	17.922	18.123						
Intangível	11	47	28	10.500	9.640	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19				
Imobilizado	12.b	38,412	38,753	102.183	114.471	Capital social		227,000	227,000	227,000	227,000
Direito de uso de arrendamentos	13	_	_	73.871	_	Reservas de lucros		261.165	255.737	261.165	255.737
Total do ativo não circulante		520,388	518.549	388.960	341,344	Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		488.165	482.737	488.165	482,737
						Participação dos acionistas não controladores		_	_	10.738	10.793
						Total do patrimônio líquido		488.165	482.737	498.903	493.530
						·					
TOTAL DO ATIVO		522.244	523.292	1.040.307	947.852	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		522.244	523.292	1.040.307	947.852

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota	Contro	ladora	Consol	idado
	explicativa	2019	2018	2019	2018
OPERAÇÕES Receita operacional líquida	21	2.233	1.969	1.212.354	1.279.106
Custo das mercadorias vendidas, da intermediação					
financeira e dos serviços prestados		(866)	(660)	(880.580)	(936.579)
LUCRO BRUTO		1.367	1.309	331.774	342.527
Despesas com vendas	22	<u>-</u>	-	(184.761)	(175.326)
Despesas gerais e administrativas	22	(1.955)	(2.052)	(171.274)	(172.883)
Outros ganhos (perdas), líquidos Resultado de equivalência patrimonial	24 10	(46) 2.326	(49) 24.123	22.124 9.976	14.644 11.758
Resultado de equivalencia patrimoniai	10	325	22.022	(323.935)	(321.807)
LUCRO OPERACIONAL		1.692	23.331	7.839	20.720
Despesas financeiras	23	-	-	(17.325)	(8.317)
Receitas financeiras	23	90	121	7.365	11.136
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		90	121	(9.960)	2.819
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.782	23.452	(2.121)	23.539
Imposto de renda e contribuição social	25	-	-	3.832	287
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.782	23.452	1.711	23.826
ATRIBUÍVEL A: Acionistas controladores Acionistas não controladores				1.782 (71) 1.711	23.452 374 23.826
LUCRO POR AÇÃO (BÁSICO E DILUÍDO) DURANTE O EXERCÍCIO (EXPRESSO EM R\$ POR AÇÃO)	18	0, 13	1,70	1./11	23.020

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais - R\$)

_	<u>Controladora</u>		Consol	lidado	
<u> </u>	2019	2018	2019	2018	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.782	23.452	1.711	23.826	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	1.782	23.452	1.711	23.826	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL A: Acionistas controladores Acionistas não controladores	1.782 -	23.452 -	1.782 (71)	23.452 374	
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	1.782	23.452	1.711	23.826	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais - R\$)

	Atribuível aos acionistas controladores							
		Rese	erva de lu	cros			Participação	Total do
	Capital social	Incentivos fiscais	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	dos acionistas não controladores	patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	227.000	2	25.794	210.412	-	463.208	10.462	473.670
Reversão de dividendos não distribuídos	_	-	-	1.647	-	1.647	48	1.695
Lucros distribuídos	-	_	_	-	-	-	(25)	(25)
Lucro líquido do exercício	-	_	_	-	23.452	23.452	374	23.826
Destinações:						-	_	_
Reserva legal	-	_	1.173	-	(1.173)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	_	_	-	(5.570)	(5.570)	(66)	(5.636)
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	16.709	(16.709)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	227.000	2	26.967	228.768	-	482.737	10.793	493.530
Reversão de dividendos não distribuídos	_	-	_	4.070	_	4.070	55	4.125
Lucros distribuídos	-	_	_	-	-	-	(26)	(26)
Lucro líquido do exercício	-	_	-	-	1.782	1.782	(71)	1.711
Destinações:								
Reserva legal	-	=	88	_	(88)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	=	-	_	(424)	(424)	(13)	(437)
Transferência para reserva de lucros				1.270	(1.270)			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	227.000	2	27.055	234.108		488.165	10.738	498.903

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consol	solidado	
	explicativa	2019	2018	2019	2018	
			-			
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.782	23.452	(2.121)	23.539	
Ajustes de:						
Depreciação e amortização		919	617	15.064	14.432	
Amortização direito de uso		-	-	25.693	-	
Alienação de ativo imobilizado e intangível		=	=	15.680	15	
Resultado de subsidiárias reconhecidas por equivalência patrimonial	11	(2.326)	(24.123)	(9.976)	(11.758)	
Resultado de subsidiárias - variação percentual de participação		46	49	-	=	
Despesas financeiras	21	-	=	14.604	8.317	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	-	-	1.768	6.862	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14	-	-	(3.299)	3.655	
Ajuste a valor presente de clientes, estoques e fornecedores		-	-	485	2.638	
Receitas não realizadas		-	-	(1.025)	(66)	
Participação no resultado dos acionistas não controladores Provisão (reversão) perda de estoques		-	-	71	(374)	
Trovisão (reversão) perda de escoques		421		<u>62</u> 57,007	(1.664)	
Varias Fas am attivas a nassivas		421	(5)	37.007	45.596	
Variações em ativos e passivos:		(22)	(2)	(42.717)	(44.012)	
Contas a receber de clientes		(23) -	(2)	(43.717)	(44.813)	
Estoques Importor a recuperar				38.339	(19.541)	
Impostos a recuperar Depósitos judiciais		193 -	43 -	(33.061)	12.282	
				1.255	(2.803)	
Créditos com partes relacionadas Outros ativos		(46) 10	365	12.434 4.928	22.378 271	
Fornecedores		-	(95) -	5.626	26.315	
Impostos, taxas e contribuições				160		
Débitos com partes relacionadas		(9) -	(36) -	(53)	(1.177) (176)	
Outros passivos		(669)	621	5.631	(4.487)	
Fluxo de caixa aplicadas nas atividades operacionais		(123)	891	48.549	33.845	
Imposto de renda e contribuição social pagos		(123)	-	(3.096)	(5.642)	
Juros pagos		=	=	(15.581)	(6.416)	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(123)	891	29.871	21.787	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS						
Participação no patrimônio líquido dos acionistas não controladores		-	=	(55)	331	
Títulos e valores mobiliários		-	=	(2.916)	(2.843)	
Adição em investimentos		-	-	-	(100)	
Aquisições de imobilizado		(369)	(1.798)	(15.617)	(10.362)	
Aquisições de ativos intangíveis		(26)	-	(4.950)	(5.299)	
Valor recebido pela venda de imobilizado e intangível		-	-	1.454	161	
Dividendos recebidos		2.599	2.593	26.890	11.009	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		2.204	795	4.806	(7.103)	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS						
Novos empréstimos		-	=	80.764	33.021	
Novos mútuos com partes relacionadas		-	-	1.962	2.247	
Pagamento de empréstimos		-	-	(45.151)	(45.566)	
Pagamento de mútuos com partes relacionadas		(651)	(16)	(30.588)	(401)	
Pagamento de arrendamentos		-	-	(22.879)	-	
Dividendos pagos e lucros distribuídos		(1.500)	(1.640)	(1.553)	(1.632)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(2.151)	(1.656)	(17.446)	(12.331)	
AUMENTO/ REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDO		(70)	30	17.232	2.353	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	138	108	10.479	8.126	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	68	138	27.711	10.479	
,		00	100	_,,,	20.170	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A A.R. Colombo Administração e Participações S.A. (a "Companhia" e, com suas controladas, denominada "Grupo") é uma sociedade por ações fechada com sede em Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul. Conforme mencionado na nota nº 10, a Companhia tem por objeto a participação e administração, como sócia ou acionista, em outras sociedades, e a locação de bens imóveis.

As partes relacionadas abaixo mencionadas possuem as seguintes razões sociais e podem ser identificadas nessas demonstrações financeiras pelas seguintes denominações:

- Lojas Colombo S.A. Comércio de Utilidades Domésticas ("Lojas Colombo").
- Colmagi Atacadista S.A. ("Colmagi").
- Colombo Motos S.A. ("Colombo Motos").
- Farroupilha Administradora de Consórcios Ltda. ("Consórcio Farroupilha").
- Correfar Corretora de Seguros S.A. ("Correfar").
- Crediare S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Crediare").
- Josema Administração e Participação S.A. ("Josema").

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de abril de 2020.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos mencionados nas notas explicativas a seguir. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota nº 3.

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, as quais são apresentadas a seguir:

	Participação - %
	2019
<u>Controladas:</u>	
Colmagi	98,2480
Colombo Motos	99,4284
Consórcio Farroupilha	99,0000
Lojas Colombo	97,4185
Josema (i)	100,0000
Corngrefar	99,8000
Controladas em conjunto:	F0 0000
Crediare	50,0000

(i) Participação de forma indireta por meio da Lojas Colombo.

b) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle e influência no negócio. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda ("Impairment") do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

c) Empreendimentos controlados em conjunto

Empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em empreendimento controlados em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

2.3. Moeda Funcional

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5. Ativos financeiros

2.5.1. Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado e mensurados a valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Custo amortizado

Os ativos financeiros classificados na categoria custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros da Companhia e recebíveis do Grupo compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber de clientes" e "Créditos com Partes relacionadas" (notas explicativas nº 5, nº 6 e nº 14, respectivamente).

2.5.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os custos amortizados são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.5.3. ""Impairment" " de ativos financeiros

a) "Impairment" Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de "Impairment" são incorridos somente se há evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido desde o reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda esperada") e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. As evidências de perda do valor recuperável podem incluir indícios de que os devedores (ou grupo de devedores) estão passando por dificuldades financeiras significativas, moratória ou inadimplência na amortização dos juros ou do principal, probabilidade de que entrem em processo de falência ou outro tipo de reorganização financeira e quando esses dados indicam queda mensurável nos fluxos de caixa futuros, tais como variações em juros moratórios ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplementos.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por "Impairment" diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o "Impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por "Impairment" reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

O teste de ""Impairment" das contas a receber de clientes está descrito na nota explicativa nº 6.

2.5.4. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de "hedge"

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de derivativos de swaps de juros para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio e de taxas de juros. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo (valor de mercado) em cada data de divulgação de balanço.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados, e conforme as características atreladas deste contrato, a companhia apresenta de forma líquida esse contrato de derivativo com o da operação original.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos (PDD) ou "Impairment".

O ajuste a valor presente tem como contrapartida a rubrica de contas a receber de clientes e sua realização é registrada como receita de vendas pela fruição do prazo, calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa em 31 de dezembro de 2019 corresponde em média a 1,09% a.m. (1,14% a.m. em 31 de dezembro de 2018).

2.7. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.8. Investimentos em controladas e controladas em conjunto

Os investimentos em sociedades controladas e controladas em conjunto na controladora são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

2.9. Ativos intangíveis

a) Fundo de comércio na aquisição de pontos comerciais

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidas pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os ativos intangíveis relativos ao Fundo de comércio na aquisição de pontos comerciais são amortizados linearmente com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 11, que levam em consideração o tempo mínimo de permanência em imóvel alugado ao longo de sua vida útil estimada, e sujeitos a testes para análise de redução do seu valor líquido recuperável, em caso de indicação de perda de seu valor recuperável.

b) Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota $n^{\rm o}$ 11.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota $n^{\rm o}$ 11.

2.10. Imobilizado e propriedade para investimentos

O imobilizado compreende, principalmente, pontos de varejo e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como seque:

As propriedades para investimento compreendem terrenos e são reconhecidas pelo método de custo.

	Anos
Edificações Equipamentos de processamento de dados	20-80 4-15
Veículos	5-8
Móveis, utensílios	2-7

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.11. "Impairment" de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido "impairment", são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment" na data de apresentação do relatório.

2.12. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa em 31 de dezembro de 2019 corresponde em média a 0,76% a.m. (075% a.m. em 31 de dezembro de 2018).

2.13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14. Provisões

As provisões para demandas judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada ("constructive obligation") como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

2.15. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

Nos exercícios de 2019 e de 2018, a alíquota em vigor é de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.16. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.17. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

A Companhia reconhece a receita para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos aos clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços, bem como a satisfação de obrigação de desempenho, caso existir.

a) Venda de produtos - varejo

O Grupo opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de eletrodomésticos e outros produtos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando uma entidade do Grupo vende e entrega um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro, por meio de cartão de crédito e financiamento próprio ou com terceiros.

b) Vendas de serviços

O Grupo vende serviços de garantias e seguros para seus clientes.

A receita de contratos de prestação de serviços é, em geral, reconhecida no período em que os serviços são prestados, usando o método linear de reconhecimento de receita conforme o período do contrato. Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e estão refletidas no resultado no período em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

c) Receita de intermediação financeira

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas *pro rata die* com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso. Após o sexagésimo dia, o reconhecimento de receita ao resultado ocorre quando efetivamente recebidas.

d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda ("Impairment") é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

2.18. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

2.19. Reconhecimento de incentivos fiscais - subvenções para investimento - consolidado

A receita decorrente de incentivos fiscais é reconhecida no resultado na conta "Receita Subvenção Investimentos" no momento da realização do crédito presumido do ICMS concedido pelo Estado do Paraná. Posteriormente, quando do encerramento do exercício, são destinados à rubrica "Reserva Subvenção de Investimentos" no grupo reserva de lucros, no patrimônio líquido.

2.20. Normas e interpretações vigentes a partir de 01 de janeiro de 2019

CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16)

As alterações no CPC 06 (R2) introduziram exigências para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos. A Norma alterada estabelece que os arrendatários devem reconhecer o passivo decorrente dos pagamentos futuros dos contratos de arrendamento, em contrapartida do direito de uso do ativo arrendado. A definição de arrendamento abrange todos os contratos que conferem direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços. A Companhia realizou a análise de todos os seus contratos e identificou como escopo da norma os contratos de arredamentos das áreas onde estão instaladas suas lojas, seus centros de distribuição e seu centro administrativo. A partir de 01.01.2019, tais contratos de arrendamento foram reconhecidos como um direito de uso do ativo em contrapartida de um passivo de arrendamento. Conforme previsto no pronunciamento, a Companhia aplicou a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos do ano anterior à primeira adoção (01.01.2019). Os ativos de direito de uso de arrendamentos foram mensurados ao valor dos passivos de arrendamentos no momento da adoção, acrescidos dos pagamentos antecipados realizados até a data de adoção do CPC 06 (R2). Os efeitos estão divulgados na nota explicativa nº 13.

ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23)

A interpretação explica como considerar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. O CPC3 2 - Tributos sobre o Lucro, especifica como contabilizar os impostos de renda correntes e diferidos, mas não como refletir os efeitos da incerteza. A Companhia avaliou a interpretação e não identificou impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

a) Perda estimada ("Impairment")

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas ("Impairment") sobre os ativos intangíveis, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa nº 2.10. Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. O imposto de renda e contribuição social ativos são registrados até a extensão de sua recuperabilidade, baseado em projeção de resultados/estimativas da Administração.

c) Perda ("Impairment") de ativos financeiros

A Companhia segue as orientações do CPC 48 para determinar quando um ativo financeiro está "impaired". Essa determinação requer um julgamento significativo, conforme apresentado na nota nº 2.5.3. Para esse julgamento, a Companhia avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, e o comportamento do fluxo de caixa de seus ativos por meio de indicadores de performance avaliados junto a Administração.

d) Vida útil do ativo imobilizado

Anualmente, a Companhia revisa a vida útil de seus ativos imobilizados. Após a primeira análise periódica da vida útil-econômica, a Administração revisa essa vida útil no mínimo a cada exercício, tomando-se por base análise documentada do trabalho efetuado, com o objetivo de solicitar ou não novas avaliações, com regularidade tal que as estimativas de vida útil e valor residual permaneçam válidos em todos os exercícios.

e) Empreendimento controlado em conjunto

A Companhia, por meio de sua controlada indireta Josema, possui controle conjunto sobre o investimento de 50% detido na Crediare. Devido ao fato de a investida estar estruturada sob a forma de sociedade anônima e das partes do acordo possuírem direito aos ativos líquidos da empresa, esse acordo foi classificado como *joint venture* e, dessa forma, contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Administração da Companhia identifica, avalia e se protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Risco de mercado

a) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado, exceto a Crediare, a qual possui ativos significativos. Para reduzir ou eliminar riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros, oriundos da possibilidade de vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus ativos, a Crediare efetua a captação diária de empréstimos (CDI) junto a uma instituição financeira de mercado, efetuando a gestão de seu fluxo de caixa.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Conforme demonstrado na nota explicativa nº 15, os empréstimos da Companhia são atrelados ao CDI.

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado em cada empresa do grupo. O risco de crédito decorre principalmente de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do varejo e serviços, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades com referência no mercado. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes são liquidadas em dinheiro, financiamento com terceiros ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

A política de vendas do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

Com relação à carteira de cartões de crédito, o Grupo tem como política a realização de operações com administradoras de cartões que possuem um custo atrativo e uma estrutura operacional adequada no que tange a riscos inerentes a fraudes.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, o Grupo tem como política trabalhar com instituições de primeira linha que apresentem um menor custo de captação.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O Departamento de Finanças monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Contr	oladora	
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e seis anos
	uni uno	4013 41103	3013 01103
Em 31 de dezembro de 2019:			
Outras contas a pagar (i)	33.611		
	33.611		
Em 31 de dezembro de 2018:			
Outras contas a pagar (i)	34.933		
	34.933		
	Cons	olidado	
	Menos de	Entre um e	Entre dois e
	um ano	dois anos	seis anos
Em 31 de dezembro de 2019: Empréstimos e obrigações			
com arrendamento mercantil	49.102	39.621	16.887
Fornecedores e outras obrigações (i)	328.329	8.331	
	377.431	47.952	16.887
Em 31 de dezembro de 2018: Empréstimos e obrigações			
com arrendamento mercantil	18.876	4.907	-
Fornecedores e outras obrigações (i)	365.095	9.238	
	383.971	14.145	

⁽i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do "hedge" das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Consolidado

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2019	2018
Total dos empréstimos (nota explicativa nº 15) Arrendamentos a pagar (nota explicativa nº 13) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5) Dívida líquida	68.484 81.285 (33.470) 116.299	37.674 - (13.322) 24.352
Total do patrimônio líquido	498.903	493.530
Total do capital	615.202	517.882
Índice de alavancagem financeira - %	18,90	4,70

4.3. Instrumentos financeiros por categoria

Custo amortizado

	Controladora		Conso	idado	
	2019 2018		2019	2018	
Ativos financeiros, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa operações	68	138	33.470	13.322	
Contas a receber de clientes e demais contas a receber operações	1.135 1.203	1.077 1.215	463.270 496.740	432.439 445.761	

	Contro	ladora	Conso	lidado
	2019 2018		2019	2018
Passivos financeiros, conforme o balanco patrimonial				
Empréstimos e financiamentos	-	-	68.484	37.674
Obrigações de arrendamento mercantil (nota nº 13)	-	-	81.285	-
Fornecedores e outras obrigações operações	33.476	34.127	279.053	302.609
Outros Passivos	24	686	31.925	25.623
	33.500	34.813	460.747	365.906

4.4. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou "impaired" pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		
	2019	2018	
Da operação comercial:			
Prestações a receber com financiamento próprio (i)	157	134	
	157	134	
	Consol		
	2019	2018	
Da operação comercial:			
Prestações a receber com financiamento próprio (i)	103.247	88.266	
Cartões de crédito (ii)	265.155	258.533	
Outros (iii)	4.815	3.313	
Contas a receber de crédito direto ao consumidor			
interveniência bancária (CDCI) (iv)	26.050	23.684	
Contas a receber Celesc	14.708	-	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.161)	(4.930)	
Ajuste a valor presente de clientes	(13.080)	(13.889)	
Receita não realizada	(6.274)	(11.706)	
	391.460	343.271	

- (i) Financiamentos com maior volume de curto prazo com risco reduzido e provisão de "impairment" constituída.
- (ii) Risco de crédito suportado pela administradora dos cartões de crédito, portanto sem risco para a Companhia.
- (iii) Contas a receber com vencimentos de curto prazo com liquidez imediata sem constituição de provisão para "impairment", e com risco reduzido de crédito.
- (iv) Contas a receber intermediado junto a instituição financeira, com maior volume de médio prazo e provisão de crédito de liquidação duvidosa constituída.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS DE VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalente de caixa (a)	68	138	27.711	10.479
Títulos e valores mobiliários (b)	-	-	5.759	2.843

- (a) Aplicações financeiras CDB Certificado de deposito bancário com liquidez imediata.
- (b) O saldo em 31 de dezembro de 2019 referente principalmente a aplicações da controlada Farroupilha Administradora de Consórcio Ltda. em fundos de investimento, com remuneração atrelada ao CDI.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Da operação comercial: Prestações a receber com financiamento próprio Cartões de crédito Outros Contas a receber de Crédito Direto ao Consumidor Interveniência bancária (CDCI)	157 - -	134	45.587 265.155 4.815	44.343 258.533 3.313	
Contas a receber Celesc	_	-	14.708	23.064	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa Ajuste a valor presente de clientes Receita não realizada	- - 157	- - -	(3.161) (13.080) (6.274)	(4.930) (13.889) (11.706)	
Total	157	134	334.069	299.348	
Parcela não circulante	-	-	57.391	43.923	
	157	134	391.460	343.271	

a) A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ocorrida no exercício foi como segue:

	Conso	lidado
	31/12/2019	31/12/2018
Em 1º de janeiro Complemento de provisão para	4.930	4.881
"impairment" de contas a receber	6.470	6.862
Baixas efetuadas	(8.238)	(6.813)
Em 31 de dezembro	3.161	4.930

b) A composição da despesa com provisão para créditos de liquidação duvidosa - líquida das recuperações ocorridas no exercício, pode ser assim demonstrada:

	Conso	Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018		
Complemento de provisão Recuperação de créditos de clientes	6.470 (869)	6.862 (785)		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - líquida das recuperações Nota 22	5.601	6.077		

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber "impaired" foram registradas no resultado do exercício como "Provisão para créditos de liquidação duvidosa". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

As outras classes de contas a receber de clientes e demais não contêm ativos "impaired".

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

c) Ajuste a valor presente de clientes:

	Consolidado		
	31/12/2019 31/12		
Saldo inicial Ajuste a valor presente sobre vendas a prazo e/ou cartão	13.889	9.437	
parcelado	30.692	26.119	
Realização do ajuste a valor presente	(31.501)	(21.667)	
	13.081	13.889	

Todas as contas a receber não circulantes vencem em até três anos a contar da data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2019 havia o montante de R\$4.992 de contas a receber vencidas, para as quais a Companhia não registrou provisão para devedores duvidosos por não apresentarem risco de realização.

A análise de vencimentos das contas a receber vencidas está apresentada abaixo:

	Conso	Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018		
Até 30 dias	2.121	1.910		
De 31 a 60 dias	1.716	1.532		
De 61 a 90 dias	1.681	2.496		
Acima de 91 dias	2.634	10.770		
	8.153	16.708		

Os vencimentos dessas contas a receber a vencer estão representados abaixo:

Contro	Controladora Consc		solidado	
31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
157	132	160.709	154.283	
-	-	155.213	159.892	
-	-	89.567	42.913	
157	132	405.488	357.088	
	31/12/2019 157 - -	31/12/2019 31/12/2018 157 132 	31/12/2019 31/12/2018 31/12/2019 157 132 160.709 - - 155.213 - 89.567	

O resumo dos vencimentos das contas a receber (vencidos e a vencer) está representado abaixo:

	Contro	oladora	Conso	lidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Vencidos	-	_	8.153	16.708
A vencer	157	132	405.488	357.088
	157	132	413.641	373.796

7. ESTOQUES

	Conso	lidado
	31/12/2019	31/12/2018
Estoque de mercadorias para revenda Materiais diversos	205.584 1.296	248.891 687
Provisão para perda nos estoques	(734)	(1.200)
Ajuste a valor presente (AVP)	(3.124)	(2.633)
	203.023	245.745

Como mencionado nas notas explicativas 8 e 21, a alteração na sistemática de apuração e registro contábil do ICMS-ST ocasionou uma redução do custo dos estoques adquiridos. A adoção inicial desta nova sistemática implicou em uma redução dos estoques em contrapartida da constituição de créditos de ICMS presumido no montante de R\$28.971.

A Companhia realiza a provisão para perdas nos estoques com base no confronto entre o custo dos produtos e o seu valor médio a mercado descontando os impostos e custos para sua realização.

A movimentação do AVP é como segue:

	Consolidado		
	2019	2018	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.633	2.959	
AVP sobre compras a prazo	14.667	13.686	
Realização do AVP	(14.176)	(14.012)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.124	2.633	

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
ICMC - Daywaya	15.074	4 220
ICMS a Recuperar	15.874	4.329
ICMS Substituição Recalculo	28.971	-
ICMS a Recuperar Ativo Imobilizado	1.188	1.164
INSS a Recuperar	-	4.650
Outros	2.066	4.895
Total	47.727	14.479
Circulante	47.727	14.479
Não circulante	372	559

Os saldos de ICMS a recuperar são decorrentes de parcelas ainda não compensadas geradas principalmente sobre as aquisições de mercadorias.

A Companhia possui também créditos apurados sobre a diferença da base de cálculo presumida em relação a base efetiva de ICMS ST. A partir de março de 2019, em decorrência da publicação do decreto nº 54.308 de 6 de novembro de 2018 do Estado do Rio Grande do Sul, o contribuinte substituído nas operações com mercadorias sujeitas à substituição tributária deve apurar mensalmente o montante de ICMS ST gerado nas aquisições de mercadorias (ICMS presumido), possibilitando o creditamento deste valor, já o montante apurado sobre o valor que foi revendida a mercadoria ao consumidor final (ICMS efetivo) constitui uma obrigação tributária ao contribuinte de efetuar o recolhimento. O impacto desta mudança traz uma redução no custo dos estoques referente a parcela do crédito de ICMS presumido gerado nas aquisições de mercadorias, possibilitando a compensação com o próprio tributo apurado a partir das revendas de mercadorias. Em 31 de dezembro de 2019 a parcela ainda não compensada do ICMS presumido gerada no exercício corrente foi de R\$28.971. A realização destes créditos será efetuada por meio de compensação com o próprio tributo.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os saldos de impostos de renda e contribuição social diferidos apresentam-se como segue:

	Consolidado			
		2019		2018
Descrição	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	641	231	872	1.488
Provisão para riscos	2.698	971	3.669	2.418
Demais provisões temporárias	1.050	378	1.428	4.539
Efeitos Lei nº 11.638/07:				
AVP clientes	3.457	1.245	4.702	4.722
AVP fornecedores e estoques	475	171	646	(690)
Mercadorias não entregues	257	92	349	514
"Impairment"	86	31	117	122
IFRS 16	703	253	957	-
Depreciação e amortização pela vida útil				
remanescente	(1.383)	(498)	(1.881)	(2.347)
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	8.673	3.122	11.795	4.819
	16.657	5.997	22.654	15.585

A estimativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos é como segue:

			Consolid	dado
Ano	Ativo	Passivo	2019	2018
2019	-	_	-	8.640
2020	8.718	(376)	8.342	4.925
2021 a 2025	15.817	(1.505)	14.312	2.020
	24.535	(1.881)	22.654	15.585

Os valores de compensação são os seguintes:

Os valores de compensação são os seguintes:			
	Consolidado		
	2019	2018	
Ativo de imposto diferido:			
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	15.817	11.549	
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	8.718 24.535	6.383	
Passivo de imposto diferido:			
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de mais de 12 meses	(1.505)	(1.817)	
Passivo de imposto diferido a ser liquidado em até 12 meses	(376) (1.881)	(530) (2.347)	
Ativo de imposto diferido (líquido)	22.654	15.585	

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	Consol	idado
	2019	2018
Em 1º de janeiro Provisão para contas a receber de clientes (créditos de liquidação	15.585	10.151
duvidosa)	(376)	953
Provisão para contingências	(787)	(190)
Demais provisões temporárias	(1.254)	(412)
Efeitos Lei nº 11.638/07:		
AVP clientes	20	1.091
AVP fornecedores e estoques	(461)	(1.051)
Depreciação e amortização pela vida útil	466	283
"Impairment" do imobilizado	(4)	(1)
Mercadorias não entregues	348	178
CPC 06 (R2)	957	
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	8.160	3.773
Em 31 de dezembro	22.654	15.585

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

					Consolidado				
	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Provisão para contingências	Demais provisões temporárias	"Impairment" do imobilizado	Mercadorias não entregues	Efeitos Lei nº 11.638/07 – AVP	CPC 06 (R2)	Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	Total
Ativo de imposto diferido									
Em 31 de dezembro de 2017	535	4.729	2.830	123	336	3.182		1.046	12.781
Creditado à demonstração do resultado	953	(190)	(412	(1)	178	850		3.773	5.151
							-		
Em 31 de dezembro de 2018	1.488	4.539	2.418	122	514	4.032		4.819	17.932
Creditado à demonstração do resultado									
	(376)	(787)	(1.254)	(4)	348	(441)	957	8.160	6.603
Em 31 de dezembro de 2019	1.112	3.752	1.164	118	862	3.591	957	12.979	24.535
								Consolidado	ı
								Efeitos Lei 11 638/07 -	

	Efeitos Lei nº 11.638/07 - vida útil	Total
<u>Passivo de imposto diferido</u> Em 31 de dezembro de 2017 Debitado à demonstração do resultado	(2.630) 283	(2.630) 283
Em 31 de dezembro de 2018 Debitado à demonstração do resultado	(2.347)	(2.347)
Em 31 de dezembro de 2019	$\frac{466}{(1.881)}$	<u>466</u> (1.881)

10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS - CONTROLADORA

a) Informações sobre investimentos

		31 de dezembro de 2019									
Participações diretas	Ativo	Passivo	Receita Bruta	Capital social realizado	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do exercício	Quantidade total de ações/quotas	Participação direta - %	Saldo do investimento	Equivalência Patrimonial	Dividendos a receber
Colmagi Atacadista S.A. Colombo Motos S.A. Farroupilha Administradora de Consórcios Ltda.	25.517 109.147 64.460	616 84.962 15.548	3.556 35.266 15.177	15.400 7.000 10.000	24.900 24.185 48.912	1.912 3.930 2.094	11.997 4.960.000 50	98,248 99,4284 99	24.464 24.047 48.423	3.908 2.073	446 928
Correfar Corretora S.A. Lojas Colombo S.A.	728 806.186	16 431.503	62 1.524.387	50 190.000	711 374.683	50 (5.732)	50 4.061	99,8 97,4185	710 365.011	(5.584)	12
									462.654	2.326	1.386
	31 de dezembro de 2018										
						31 de dez	embro de 2018				
				Capital	Dataina ŝaria	Lucro		Dautiais a são	C-14- 4-	Efeito sobre	Dividendes
Participações diretas	Ativo	Passivo	Receita	Capital social realizado	Patrimônio líquido		embro de 2018 Quantidade total de ações/quotas	Participação direta - %	Saldo do investimento	Efeito sobre lucro (prejuízo) da controlada	Dividendos a receber
Colmagi Atacadista S.A.	25.603	678	3.600	social realizado 15.400	líquido 24.926	Lucro (Prejuízo) do exercício 2.082	Quantidade total de ações/quotas 11.997	direta - % 98,248	investimento 24.489	lucro (prejuízo) da controlada 2.046	a receber 486
				social realizado	líquido	Lucro (Prejuízo) do exercício	Quantidade total de ações/quotas	direta - %	investimento	lucro (prejuízo) da controlada	a receber
Colmagi Atacadista S.A. Colombo Motos S.A. Farroupilha Administradora de Consórcios Ltda.	25.603 101.190 62.743	678 81.801 15.926	3.600 39.147 17.636	social realizado 15.400 7.000 10.000	24.926 19.389 46.817	Lucro (Prejuízo) do exercício 2.082 7.576 4.593	Quantidade total de ações/quotas 11.997 4.960.000 50	98,248 99,4284 99,0000	24.489 19.278 46.349	lucro (prejuízo) da controlada 2.046 7.532 4.547	486 1.789

b) Movimentação dos investimentos

			Control	adora		
	Colmagi	Colombo Motos	Farroupilha Consórcio	Correfar	Lojas Colombo	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017 Reversão de dividendos	24.302	13.534	41.802	1.209	359.489 1.895	440.336 1.895
Resultado da equivalência patrimonial Resultado da equivalência patrimonial - variação de participação	2.046	7.533 -	4.547 -	690 -	9.307 (50)	24.123 (50)
Dividendos propostos Dividendos complementares	(486 (1.373)	(1.789) -	-	(164) (571)	(1.770) -	(4.209) (1.944)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 Reversão de dividendos	24.489	19.278 1.789	46.349	1.164	368.871 1.770	460.151 3.559
Resultado da equivalência patrimonial Resultado da equivalência patrimonial - variação de participação	1.879	3.980	2.073	50	(5.584) (46)	2.325
Dividendos propostos Dividendos complementares	(446) (1.457)	(928)		(12) (492)		(1.949)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	24.465	24.046	48.422	710	365.011	462.654
				Conso	lidado	
			Crediare	e Out	tros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017			67.98	5 1.	.507	69.492
Resultado da equivalência patrimonial			11.75	8	_	11.758
Aquisições de investimentos			(3.05	- 7)	100	100 (3.057)
Dividendos propostos Dividendos complementares			(8.257	,	-	(8.257)
·				<i>_</i>		
Saldos em 31 de dezembro de 2018			68.42	_	.607	70.036
Resultado da equivalência patrimonial Aquisições de investimentos			9.97	6		9.976
Dividendos propostos			(9.17	0)		(7.425)
Dividendos complementares			(22.08	7)		(23.834)
Saldos em 31 de dezembro de 2019			47.14	6 1.	.607	48.753

c) Outras informações sobre investimentos

(i) Colmagi

A Colmagi, constituída de acordo com deliberação da Diretoria, é uma empresa de capital fechado, que desenvolve atividades de comércio, por atacado, de produtos e equipamentos eletrônicos e de móveis em geral, representações comerciais em geral, a representação por conta de terceiros, a administração de bens próprios, participação no capital de outras empresas, assim como a administração de negócios de franquia.

(ii) Colombo Motos

A Colombo Motos, constituída de acordo com deliberação da Diretoria, é uma empresa de capital fechado, que desenvolve atividades de comércio de motos.

(iii) Farroupilha Administradora de Consórcio

O Farroupilha Administradora de Consórcio, constituído de acordo com deliberação da Diretoria, é uma empresa de capital fechado, que desenvolve atividades de venda de consórcios.

(iv) Lojas Colombo

A Lojas Colombo constituída de acordo com deliberação do Conselho de Administração da Companhia, é uma empresa de capital fechado, que desenvolve atividades de comércio de produtos eletrodomésticos, móveis em geral, pneus e peças automotivas e a participação em outras empresas cujos objetivos são operações de crédito e de seguros aos produtos comercializados, como atividades complementares e assessórias ao negócio principal.

(v) Josema (controlada indireta)

A Josema, constituída de acordo com deliberação do Conselho de Administração da Companhia, é uma empresa de capital fechado, que desenvolve atividades de participações no capital de outras sociedades, com capital inicial de propriedade exclusiva e totalmente integralizado pela Lojas Colombo. A Josema detém o controle conjunto da Crediare.

(vi) Crediare (controlada indireta em conjunto)

A Crediare, instituição financeira privada nacional tem por objeto a prática de operações de crédito, financiamento e investimento, mediante a utilização de recursos próprios e de terceiros. Atua no mercado financeiro voltada basicamente ao crédito direto ao consumidor das vendas parceladas das Lojas Colombo e com empréstimos a pessoas físicas, com utilização de recursos captados junto ao Banco Bradesco S.A.

Abaixo seguem as principais informações das demonstrações financeiras da Crediare (controlada em conjunto):

	2019	2018
Ativo: Circulante Não circulante Total do ativo	312.984 137.975 450.959	325.153 136.778 461.931
	2019	2018
Passivo e patrimônio líquido: Circulante Não circulante Patrimônio líquido Total do passivo e patrimônio líquido	341.382 15.284 94.293 450.959	312.917 12.154 136.860 461.931
Demonstração do resultado: Receita da intermediação financeira Despesas da intermediação financeira Receitas operacionais Despesas operacionais Imposto de renda e contribuição social Lucro líquido do exercício	135.747 (13.427) 29.053 (115.004) (16.417) 19.952	` ,

Em 18 de dezembro de 2019, foi protocolado junto ao Banco Central do Brasil o pedido para alteração de controle societário da Crediare S.A CFI.

11. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

a) Composição do saldo

		Consolidado	
	Software adquiridos	Direito de Utilização de imóveis	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2017 Aquisições Amortizações	7.395 5.299 (3.089)	45 (10)	7.440 5.299 (3.089)
Saldo contábil, líquido	9.605	35	9.640
Em 31 de dezembro de 2018: Custo total Amortização acumulada	30.565 (20.960)	4.294 (4.259)	34.859 (25.219)
Saldo contábil, líquido	9.605	35	9.640
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018 Aquisições Amortizações	4.950 (4.080)	- (10)	4.950 (4.090)
Saldo contábil, líquido	10.475	25	10.500
Em 31 de dezembro de 2019: Custo total Amortização acumulada	35.515 (25.040)	4.294 (4.269)	39.809 (29.309)
Saldo contábil, líquido	10.475	25	10.500
Taxas médias anuais de amortização - %	18,27	17,03	

12. IMOBILIZADO E PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

a) Composição do saldo de propriedades para investimento - consolidado

	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis	Total da operação	Imobilizado consolidado
Em 31 de dezembro de 2018: Custo total Depreciação acumulada	2.238	15.988 (241)	178 (41)	18.404 (281)	18.404 (281)
Saldo contábil, líquido	2.238	15.747	137	18.123	18.123
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018 Aquisições Alienações Depreciações Saldo contábil, líquido	2.238	15.747 77 (260) 15.564	137 - (18) 120	18.123 77 - (278) 17.922	18.123 77 - (278) 17.922
Em 31 de dezembro de 2019: Custo total Depreciação acumulada	2.238	16.065 (501)	178 (58)	18.481 (559)	18.481 (559)
Saldo contábil, líquido	2.238	15.564	120	17.922	17.922
Taxas médias anuais de depreciação - %		1,25	20		

b) Composição do saldo imobilizado - consolidado

						Equipamentos de			
			Benfeitorias		Móveis e	processamento	Total da	Obras em	Imobilizado
	Terrenos	Edificações	em imóveis	Veículos	utensílios	de dados	operação	andamento	consolidado
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2017	42.056	34.831	14.384	12.689	12.687	1.576	118.223	15.837	134.060
Aquisições	822	701	5.524	290	2.231	638	10.206	3	10.209
Ajuste ao valor de recuperação ("Impairment")	-	-	(9)	-	1	1	(7)	-	(7)
Transferência	(2.032)	(213)	(86)	(1.280)	120	1.160	(2.331)	(15.404)	(17.735)
Alienações		(25)	(4)	(654)	(83)	(61)	(827)	-	(827)
Depreciações		(769	(4.735)	(1.712)	(2.990)	(1.023)	(11.229)	_	(11.229)
- P		((/	,	(/	(/	/		(-)
Saldo contábil, líquido	40.846	34.525	15.074	9.333	11.966	2.291	114.035	436	114.471
Saldo Contabil, liquido	10.010	3 1.323	15.07 1		11.500	2.271	111.055	150	1111171
Em 31 de dezembro de 2018:									
Custo total	40.846	53.795	63.798	17.804	41.911	15.790	233.944	436	234.380
Depreciação acumulada	40.040	(19.270)	(48.724)	(8.471)	(29.945)	(13.499)	(119.909)	+30	(119.909)
Depreciação acumulada	_	(19.270)	(40.724)	(0.4/1)	(23.343)	(13.433)	(119.909)	_	(115.505)
	40.046	24.525	15.074	0.222	11.066	2 201	114.025	426	114 471
Saldo contábil, líquido	40.846	34.525	15.074	9.333	11.966	2.291	114.035	436	114.471
								_	
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018	-	1	4.859	5.466	4.895	304	15.525	8	15.533
Aquisições									
Ajuste ao valor de recuperação ("Impairment")			25	-	(20)	5	10	-	10
Transferência		422	-	-	-	-	422	(422)	.
Alienações	(14.628)	(715)	(547)	(1.082)	(149)	(12)	(17.133)	-	(17.133)
Depreciações		(789)	(4.459)	(1.759)	(2.877)	(814)	10.698	-	10.698
Saldo contábil, líquido	26.218	33.444	14.951	11.958	13.815	1.774	102.161	22	102.183
Em 31 de dezembro de 2019:									
Custo total	26,218	52.959	66,693	20.913	46.081	15.924	228,788	22	228.810
Depreciação acumulada	-	(19.513)	(51.743)	(8.954)	(32.267)	(14.150)	(126.627)	_	(126.627)
		(/	(/	((- ,	(,	,		,
Caldo contábil líquido	26.218	33.446	14.950	11.958	13.815	1.774	102.161	22	102.183
Saldo contábil, líquido	20.210	33.140	11.550	11.550	15.015	1.774	102.101		102.103
Taxas médias anuais de depreciação - %		7,34	20	10	23,90	22,22			
raxas medias andais de depreciação - %		7,34	20	10	23,90	22,22			

Em maio de 2019, Lojas Colombo S.A, vendeu um terreno localizado em Canoas RS por R\$20.000 com recebimento integral por meio de crédito de ICMS do RS. Em 31de dezembro de 2019 o saldo a receber de crédito tributário é de R\$13.000 (nota nº 8).

c) Composição do saldo de Imobilizado - controladora

	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis próprios	Móveis e utensílios	Equipamento processamento de dados	Obras em	Total
			ртортос				
Em 31 de dezembro de 2017	17.795	21.028	1.454	4	1	15.414	55.696
Aquisição	822	200	731	-	-	83	1.836
Transferência	-	15.483	-	-	-	(15.483	-
Depreciações	-	(415)	(240)	(1)	-	-	(656)
Transferência Propriedade para Investimos	(2.238)	(15.747)	(136)				(18.121)
para investinos	(2.236)	(15.747)	(136)				(10.121)
Saldo contábil, líquido	16.379	20.549	1.809	3		14	38.755
Saluo Contabii, iiquido		2010.15					301700
Em 31 de dezembro de 2018:							
Custo total	16.379	27.436	2.891	3	6	14	46.729
Depreciação acumulada	-	(6.887)	(1.082)	-	(5)	-	(7.974)
Saldo contábil, líquido	16.379	20.549	1.809	3	1	14	38.755
Em 31 de dezembro de 2018	16,379	20.549	1.809	3	1	14	38.755
Aquisição	-		284	-	-	8	292
Transferência	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações	-	(347)	(288)	-	-	-	(635)
Saldo contábil, líquido	16.379	20.202	1.805	3	1	22	38.412
carac correctin, inquire							
Em 31 de dezembro de 2019:							
Custo total	16.379	27.436	3.175	3	1	22	47.016
Depreciação acumulada	-	(7.234)	(1.370)	-	-	-	(8.604)
Saldo contábil, líquido	16.379	20.202	1.805	3		22	38.412
Salas contabil, liquido							

13. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

Em 01.01.2019, a Companhia reconheceu ativo de direito de uso e passivo de arrendamentos a pagar em decorrência da adoção das alterações do CPC 06 (R2).

a) Direito de uso de arrendamentos

	Controladora e	Controladora e Consolidado				
	Período de depreciação	Custo	Depreciação	Valor liquido		
Arrendamento de Prédios Arrendamento de	Até 2025	97.910	(25.473)	72.437		
Prédios	Até 2026 Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.654 99.564	(220) (25.693)	1.434 73.871		

b) A mutação do direito de uso de arrendamentos está apresentada a seguir:

	Controladora e <u>Consolidado</u>
Adoção Inicial	92.846
Ingresso	6.718
Depreciação	(25.693)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	73.871

c) Arrendamentos a pagar

	Controla	Controladora e Consolidado			
	Circulante	Não circulante	Total		
Adoção Inicial Ingresso Juros Transferências Amortizações Total	23.696 3.719 2.399 26.264 (29.984) 26.094	69.150 7.599 4.706 (26.264) 	92.846 11.318 7.105 (29.984) 81.285		
TULAT	201031				

d) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	Valores não descontados	Juros embutidos	Saldo passivo de arrendamento
2021	24.825	(3.513)	21.312
2022	19.293	(2.201)	17.092
2023	14.898	(856)	14.042
2024	2.166	(133)	2.032
2025	636	(30)	606
2026	108	(2)	106
Total	59.095	(6.599)	55.191

14. PARTES RELACIONADAS

<u>Transações e saldos</u>

Controladora						
Lojas Colombo	Colmagi	Correfar	Pessoas físicas	Colombo Motos	31/12/2019	31/12/2018
76					76	79
	-	_	-	-		
889	-	-	-	-	889	840
-	446	12	-	928	1.386	4.209
965	446	12		928	2.351	5.128
-	-	-	33.476	-	33.476	34.127
965	446	12	33.476		33.476	34.127
465 49	- -	-	- -	- -	465 49	623 66
	76 889 - 965 - 965	Colombo Colmagi 76 - 889 - - 446 965 446 - - 965 446 465 -	Colombo Colmagi Correfar 76 - - 889 - - - 446 12 965 446 12 - - - 965 446 12 465 - -	Lojas Colombo Colmagi Correfar Pessoas físicas 76 - - - 889 - - - - - 446 12 - - 965 446 12 - - 965 446 12 33.476 465 - - - -	Lojas Colombo Colmagi Correfar Pessoas físicas Colombo Motos 76 - - - 889 - - - - 446 12 - 928 965 446 12 - 928 - - - 33.476 - 965 446 12 33.476 - 465 - - - -	Lojas Colombo Colombo Colombo Colombo Colombo 31/12/2019 76 - - - - 76 889 - - - - 889 - 446 12 - 928 1.386 965 446 12 - 928 2.351 - - - 33.476 - 33.476 965 446 12 33.476 - 33.476 465 - - - - 465

Controladora

As transações comerciais com partes relacionadas referem-se a contratos de aluguéis com prazo médio de vigência de cinco anos, remunerados de acordo com o faturamento das respectivas lojas e contratos de mútuo com acionista, sem remuneração e com prazo de vigência indeterminado.

Adicionalmente, a Companhia possui imóvel cujo valor residual registrado nas contas de imóveis e terrenos totalizam R\$1.027, que se encontra emprestados para uso por acionista.

A Companhia registra despesas cujo benefício econômico ocorre ao acionista controlador, no montante de R\$45 referente a despesas administrativas de gestão do imóvel de seu uso, todas excluídas do cálculo do IRPJ e CSLL.

				Consolidado			
	Crediare	Lojas Colombo	Banco Bradesco S.A.	Colombo Motos S.A.	Pessoas físicas	31/12/2019	31/12/2018
Ativo: Outras contas a receber Dividendos a receber	4.217 -	- 7.425	27 -	41.675 -	-	45.918 7.425	58.611 3.057
Total créditos com partes relacionadas	4.217	7.425	27	41.675		53.343	61.668
Aplicações financeiras Contas a receber (*)	- 11.521	- -	6.300	-	-	6.300 11.521	8.515 15.554
Passivo: Empréstimos com partes relacionadas Outras contas a pagar	-	- -	- -	- 11	38.243 2	38.243 13	68.160 80
Total débitos com partes relacionadas				11	38.245	38.256	68.240
Depósitos interfinanceiros			12.636 12.636			12.636 12.636	13.825 13.825
Receitas/despesas: Ressarcimento (despesas) com vendas e administrativas Despesas e receitas financeiras	22.267 (47)	- -	- -	-	(18) (34)		24.381 (145)

^(*) Corresponde a contas a receber de cartões de crédito e outros recebimentos, não sendo tratados como partes relacionadas por referirem-se a saldo de repasses de terceiros relacionados com a atividade da Companhia, bem como não são eliminados do consolidado.

Consolidado

As operações de captação por meio de depósitos interfinanceiros realizadas entre o Bradesco e suas partes relacionadas são efetuadas em condições de prazos e remuneração normais de mercado.

As despesas administrativas, no consolidado, das partes relacionadas com a Lojas Colombo referem-se, principalmente, às despesas de natureza corporativa e de infraestrutura operacional, as quais são apuradas pelo valor de custo, sem adição de margem de lucro, de acordo com a efetiva utilização destes recursos pelas partes relacionadas.

As despesas de aluguel da Companhia com partes relacionadas são remuneradas de acordo com o faturamento das respectivas lojas.

Não existem compra e venda de produtos e serviços entre partes relacionadas.

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações ativas de CDC e ressarcimento de despesas.

As contas a pagar a partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações passivas de recebimentos de CDC e aluguéis de lojas. As contas a pagar não estão sujeitas a juros.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração da Administração inclui os conselheiros e diretores. O valor dos honorários consolidado pagos ou a pagar até 31 de dezembro de 2019 foi de R\$2.489 (R\$2.793 em 31 de dezembro de 2018).

b) Débitos com partes relacionadas

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Em 1_de janeiro Empréstimos efetuados durante o	34.127	34.143	68.160	64.383	
exercício	-	-	1.962	2.247	
Juros (nota explicativa nº 23)	-	-	39	1.980	
Amortização de empréstimo realizado	(651)	(16)	(26.880)	(401)	
Juros pagos	-	-	(5.025)	(49)	
Em 31 de dezembro	33.476	34.127	38.256	68.160	

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado		
Tipos de empréstimos	31/12/2019	31/12/2018	
Circulante: Capital de giro (*)	33.128	29.402	
Empréstimos	618	1.276	
·	33.476	30.678	
Não circulante: Capital de giro (*)	33.757	4.849	
Empréstimos	980	2.146	
	34.738	6.995	
Total de empréstimos	68.484	37.674	

a) Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos não circulantes apresentam a seguinte composição:

	Conso	lidado
Ano de vencimento	31/12/2019	31/12/2018
2020	-	5.975
2021	14.437	776
2022	13.300	204
2023	6.999	-
	34.738	6.995

(*) Os empréstimos e financiamentos de Capital de giro são provenientes das controladas Lojas Colombo S.A e Colombo Motos S.A. e estão atrelados à taxa de 0,63% a.m. + taxa variável de 100% a 130% do CDI, com vencimento máximo em novembro de 2023. Adicionalmente, a controlada Colombo Motos S.A. firmou contrato de financiamento com o Banco ABC Brasil S.A. em dezembro de 2019, na modalidade 4.131 em Euro totalizando EUR 7.567.567,57 com uma taxa de 2,19% a.a. acrescidos de Imposto de Renda 25% reajustado. Esse empréstimo possui Swap a taxa pré-fixada de 8,4% a.a. Esse contrato tem o prazo total da dívida, protege os juros e o principal e foi assinado nos mesmos prazos e na mesma contraparte da dívida, possuindo vencimento em maio de 2023. São fiadores e principais pagadores: Adelino Raymundo Colombo, Sra. Ruth Evy Franke Colombo, A.R. Colombo S.A e Lojas Colombo S.A.

16. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro estava constituída a provisão para riscos relativos às perdas prováveis estimadas com as ações em curso, como segue:

	Consolidado			
	Trabalhistas, previdenciárias e cíveis	ISS	2019	2018
Em 1º de janeiro Debitado à demonstração	13.626	3.768	17.394	17.764
do resultado/provisões adicionais Usado durante o exercício (baixa)	280 (2.558)	- (462)	280 (3.020)	3.655 (4.025)
Em 31 de dezembro	11.348	3.306	14.654	17.394
 (-) Baixa de depósitos judiciais relacionados ao passivo não circulante 	(4.768)	-	(4.768)	(4.209)
Provisão para demandas judiciais - passivo não circulante	6.580	3.306	9.886	13.185
Depósitos judiciais relacionados totais (-) Baixa de depósitos judiciais relacionados ao ativo não	13.909	-	13.909	14.605
circulante	(4.768)	-	(4.768)	(4.209)
Depósitos judiciais - ativo não circulante	9.141		9.141	10.396

a) Trabalhistas, previdenciárias e cíveis

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Contingências trabalhistas e previdenciárias: correspondem a R\$9.049 em
 31 de dezembro de 2019 (R\$11.462 em 31 de dezembro de 2018) e consistem, principalmente, em reclamações de empregados.
- Ações cíveis: as principais ações estão relacionadas a ações judiciais movidas contra a Companhia por clientes. O encargo de provisão é reconhecido no resultado em "Despesas administrativas". Na opinião de nossos consultores jurídicos, após análise jurídica apropriada, o resultado dessas ações judiciais não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$1.713 (R\$1.998 em 31 de dezembro de 2018).

b) Contingências possíveis

O Grupo tem ações de naturezas tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$10.705 na área trabalhistas, R\$4.401 na área cíveis e de R\$38.688 na área tributária.

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Imposto de renda e contribuição					
social	-	-	170	511	
PIS e COFINS	21	20	7.660	6.788	
ICMS	-	-	10.847	8.568	
Obrigações sociais	18	21	5.207	5.279	
Outros	5	11	500	272	
	44	52	24.384	21.418	

18. TRIBUTOS PARCELADOS

	Controladora e Consolidado		
	2019	2018	
Parcelamentos	20.269 20.269	21.864 21.864	
(-) Circulante Não circulante	(2.374) 17.894	(2.346) 19.518	

Em 7 de outubro de 2011, a controlada Lojas Colombo recebeu lançamento fiscal de IRPJ e CSLL, que teve como base principal o ganho de capital incorrido quando da venda de participação de 50% da Credifar (atualmente Crediare), por meio de integralização de capital na controlada Josema. Em 2013 a empresa aderiu a reabertura do PAES, com base na Lei nº 12.865/13, com relação a débitos da referida operação e adicionalmente, em 2014, aderiu ao PAES com base na Lei nº 12.996/14, relacionado a um débito de PIS e COFINS.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o capital social é dividido em 13.773.438 ações ordinárias sem valor nominal.

b) Reserva legal e retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Como determina o artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

O excesso da retenção de lucros observado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 será avaliado para capitalização em 2020.

Em 31 de dezembro, foram computados lucros acumulados, da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado
Em 1º de janeiro de 2018 Lucro líquido do exercício Transferência para reserva legal (5%) Dividendos mínimos obrigatórios Transferência para reserva estatutária	23.452 (1.173) (5.570) (16.709)
Em 31 de dezembro de 2018	
Em 1º de janeiro de 2019 Lucro líquido do exercício Transferência para reserva legal (5%) Dividendos mínimos obrigatórios Transferência para reserva estatutária	1.782 89 (424) (1.270)
Em 31 de dezembro de 2019	

20. LUCRO POR AÇÃO

Básico e diluído

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2019	2018
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia Quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas (milhares)	1.782	23.452
	13.773	13.773
Lucro básico e diluído por ação	0,13	1,70

Não foi calculado o lucro diluído por ação, visto que a Companhia não possui as ações potenciais com efeito de diluição.

21. RECEITA

	Controladora		Conso	lidado	
	2019	2018	2019	2018	
Receita bruta de vendas:			1 521 061	4 476 006	
Vendas de mercadorias Prestação de serviços	2.460	2.170	1.521.964 31.440	1.476.026 32.197	
Receitas da intermediação financeira			25.207	26.822	
	2.460	2.170	1.578.611	1.535.046	
Deduções:					
Impostos e contribuições	(227)	(201)	(333.547)	(224.301)	
Devoluções e abatimentos			(32.710)	(31.639)	
	(227)	(201)	(366.257)	(255.940)	
Receita líquida de vendas	2.233	1.969	1.212.354	1.279.106	

A partir de março de 2019 como resultado de alterações na legislação do ICMS-ST do Rio Grande do Sul, (decreto nº 54.308/2018), o contribuinte substituído apura e toma periodicamente o crédito presumido de ICMS-ST nas compras de mercadorias sujeitas à substituição tributária. A mudança no tratamento contábil dado ao crédito ocasiona um impacto no sentido de reduzir o custo do estoque adquirido e de aumentar o valor do ICMS-ST devido, que passa a ser registrado pelo valor bruto. A alteração ocasionou, no ano corrente, aumento no valor de impostos incidentes sobre vendas no montante de R\$104.204.

22. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consol	idado
	2019	2018	2019	2018
Despesas com salários e encargos	(868)	(962)	(161.182)	(162.955)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 12)	(36)	(36)	(2.489)	(2.793)
Depreciação e amortização Provisão para crédito de liquidação duvidosa, líquidas das	(54)	(6)	(38.515)	(12.986)
recuperações (nota explicativa nº 6)	-	-	(5.601)	(4.631)
Despesas com aluguel	-	-	(4.820)	(30.848)
Despesas com propaganda	(19)	(29)	(24.183)	(22.048)
Despesas com tarifas de cartões	- (4.50)	-	(14.840)	(14.683)
Despesas com manutenção	(153)	(144)	(22.930)	(22.442)
Despesas com água, energia elétrica e telefone	(39)	(17)	(8.035)	(7.601)
Remuneração prestação de serviços a terceiros	(278)	(518)	(44.042)	(40.531)
Impostos, taxas e contribuições	(182)	(121)	(10.345)	(9.835)
Despesas cíveis e trabalhistas	-	- (0.50)	(8.707)	(8.873)
Outras despesas	(326)	(269)	(10.348)	(7.983)
Custo mercadorias vendidas	(866)	(660)	(880.580)	(936.579)
Despesas venda e despesas administrativas	(2.821)	(2.762)	(1.236.615)	(1.284.788)
Despesas com vendas	-	-	(184.761)	(175.326)
Despesas gerais e administrativas	(1.955)	(2.102)	(171.274)	(172.883)
Custo mercadorias vendidas	(866)	(660)	(880.580)	(936.579)

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras:				
Juros recebidos ou a receber	2	2	2.718	3.819
Juros recebidos de partes relacionadas	49	66	-	-
Rendas de aplicações financeiras	-	1	501	2.287
Variações monetárias ativas (*)	39	52	2.296	4.335
Outras			1.851	695
	90	121	7.365	11.136
Despesas financeiras: Juros sobre débitos com partes relacionadas	_	_	(39)	(1.981)
Juros sobre empréstimos e arrendamentos	-	-	(13.270)	(4.486)
Juros parcelamento tributos (nota explicativa nº 16)	-	-	(795)	(1.126)
Descontos concedidos	_	-	(541)	(724)
Variações monetárias passivas			(2.680)	
	-	-	(17.325)	(8.317)
Resultado financeiro, líquido		121	(12.531)	2.819

^(*) Valores correspondente principalmente a variação monetária ativa na controlada Lojas Colombo S.A., tem em sua maior parte o montante de R\$1.920 referente a atualização de crédito de INSS e R\$2.178 referente atualização de crédito de ICMS, registrados no ano de 2018.

24. OUTROS GANHOS (PERDAS), LÍQUIDOS

	Controladora e Consolidado			
	2019	2018	2019	2018
	-			
Receitas com marketing	-	-	850	912
Aluguéis terceiros	-	-	149	188
Receitas prestação de serviços	-	-	7.226	3.633
Créditos tributários (*)	-	-	890	2.937
Premiações recebidas correspondente bancário	-	-	113	-
Bonificação recebidas de fornecedores - financeiro	-	-	518	21
Receita Subvenção Investimentos	-	-	-	1.806
Receita de bens do imobilizado	-	-	5.642	-
Outras perdas (ganhos)	(46)	(49)	6.782	2.256
Total	(46)	(49)	22.124	11.753

^(*) Referente a ganhos tributários, com trânsito em julgado, em sua maior parte referente a FINSOCIAL no montante de R\$890 registrados em 2019 (INSS no montante de R\$2.720 registrados em 2018).

25. DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>Controladora</u>		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto corrente: Imposto corrente sobre o lucro do exercício	-	-	(3.096)	(5.147)
Imposto diferido (nota explicativa nº 8): Geração e estorno de diferenças temporárias	-	-	6.928	5.434
(Despesa) Crédito de imposto de renda e contribuição social			3.832	287

A conciliação de despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitadas em resultado é demonstrada como seque:

	Controladora		Consol	idado
	2019	2018	2019	2018
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e do imposto de renda	1.782	23.452	(2.121)	23.539
Adições (exclusões) permanentes: Resultados de subsidiárias por equivalência patrimonial Constituição de IR/CS diferidos sobre movimentações	(2.326)	(24.123)	(9.976)	(11.743)
temporárias de exercícios anteriores (*) Outras (exclusões) adições permanentes, líquidas	544	671	827	(10.835) 1.806
Base de cálculo Alíquota fiscal combinada - %		-	(11.270) 34	(845) 34
(Despesa) Crédito de imposto de renda e contribuição social		_	3.832	287

(*) Refere-se a reconhecimento de imposto de renda e contribuição social na controlada Colombo Motos S.A. de R\$3.684, conforme projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela Administração.

26. SEGUROS

Os imóveis de propriedade da Companhia estão locados à sua controlada Lojas Colombo e a terceiros, que são os responsáveis pela contratação das apólices de seguros, cujos valores globais de cobertura estão demonstrados a seguir:

Ramos	Vigência	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil	31/03/2020	1.000
Compreensivo empresarial	31/03/2020	614.126
Veículos	28/08/2020	360

27. COMPROMISSOS

a) Avais concedidos

A Companhia apresentou aval em empréstimos, com saldo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$44.170, pela controladora, Lojas Colombo e partes relacionadas pessoas físicas, tomados pela empresa do Grupo, Colombo Motos S.A.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde o início de janeiro de 2020, o surto de coronavírus, que é uma situação em rápida evolução, impactou adversamente as atividades econômicas globais. A referida pandemia já demonstrou ter impactos relevantes, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, criação de condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global, podendo afetar a disponibilidade de determinadas mercadorias comercializadas pelas investidas da Companhia. Adicionalmente, o aumento significativo dos casos de COVID-19 nas regiões do Brasil onde a Companhia opera, em conjunto com as medidas adotadas para contenção do surto e preservação do bem estar e saúde de seus colaboradores, resultaram no fechamento temporário das lojas físicas de sua investida Lojas Colombo S.A. de onde provém parte substancial de suas receitas. A Companhia vem adotando uma série de medidas visando mitigar os impactos gerados pelo COVID-19 em suas operações: (i) medidas de preservação de caixa; (ii) aprimoramento do canal online; (iii) emprego de home office para trabalhadores, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes. Não obstante, neste momento, a Administração da Companhia não consegue prever ou estimar com precisão a magnitude dos impactos adversos gerados pelo COVID-19 nas suas operações e, consequentemente, em suas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia está monitorando os avanços dos impactos relacionados ao coronavírus e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações de organizações globais de saúde, governos relevantes e melhores práticas gerais de resposta a pandemia.